

ATA NÚMERO 55/XIII/ 1.ª SL

Ao dia 29 do mês de junho de 2016, pelas 18:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da ata n.º 53.
2. Apreciação da nota de admissibilidade sobre a Petição n.º 121/XIII/1.ª - Solicita alteração ao n.º 11 do artigo 78.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (alterado pelo OE para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016).
(Cabe ao PSD).
3. Apreciação da nota de admissibilidade sobre a Petição n.º 122/XIII/1.ª - Obrigatoriedade de indicar o contacto de correio eletrónico do técnico encarregado do processo administrativo e criação de uma plataforma digital de acesso a processos administrativos.
(Cabe ao PS).
4. Apreciação da nota de admissibilidade sobre a Petição n.º 126/XIII/1.ª - Pelo direito a uma Saúde sem IVA.
(Cabe ao PSD).
5. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2015.
6. Apreciação e votação do requerimento do GP PS para “audição do Sr. Governador do Banco de Portugal, com carácter de urgência”.
7. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 24/XIII/1.ª (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, que aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

8. Apreciação e votação do requerimento do GP CDS-PP para “audição do Ministro das Finanças sobre a Caixa Geral de Depósitos”.
 9. Deliberação sobre as audições a efetuar no âmbito da Proposta de Lei n.º 23/XIII/1.^a (GOV) - Cria um regime de reembolso de impostos sobre combustíveis para as empresas de transportes de mercadorias, alterando o Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho e o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho.
 10. Apreciação e votação do requerimento do GP PSD sobre “Audições sobre a Caixa Geral de Depósitos”.
 11. Outros assuntos.
-
- 6. Apreciação e votação do requerimento do GP PS para “audição do Sr. Governador do Banco de Portugal, com carácter de urgência”.**
 - 8. Apreciação e votação do requerimento do GP CDS-PP para “audição do Ministro das Finanças sobre a Caixa Geral de Depósitos”.**
 - 10. Apreciação e votação do requerimento do GP PSD sobre “Audições sobre a Caixa Geral de Depósitos”.**

A Senhora Vice-Presidente Cecília Meireles iniciou os trabalhos, sugerindo que os mesmos se iniciassem pelos pontos 6, 8 e 10. Não havendo oposição dos GP's, a Senhora Vice-Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Galamba (PS), que apresentou o requerimento em questão.

De seguida, interveio o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), que efetuou uma interpelação à mesa perguntando se o requerimento apresentado pelo Senhor Deputado João Galamba (PS) não teria sofrido nenhuma alteração, dado que, no seu entender, a apresentação do mesmo não coincide (é mais ampla) com o seu conteúdo. Considerou que o requerimento do PSD faz sentido, havendo a iminência de entrada em funções da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e à Gestão do Banco. De seguida, apresentou o requerimento do CDS-PP, sucedendo-lhe, para apresentação do requerimento do PSD, uma intervenção do Senhor Deputado Miguel Morgado (PSD).

O Senhor Deputado João Galamba (PS) esclareceu que considera importante perceber o problema da CGD no contexto do sistema financeiro português e atuação do Governador do Banco de Portugal neste âmbito.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) referiu que nada tem contra essa ideia, mas que esse é um aditamento oral e que essa questão não se presume do requerimento, notando o Senhor Deputado João Galamba (PS) que os considerandos abordam a questão.

O Senhor Deputado Miguel Morgado (PSD) referiu que o requerimento do PS está alheado da constituição da CPI, que tem prioridade relativamente a esta matéria.

O Senhor Deputado João Galamba (PS), recordando antecedentes com a CPI do Banif, recordou que a COFMA está em atividade e tem competência na matéria, respondendo o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) que os requerimentos de PS e PSD foram apresentados num contexto em que ainda não estava determinada a constituição da CPI, sendo, agora, esta a competente.

O Senhor Deputado Miguel Morgado (PSD) sublinhou que o requerimento do PSD condiciona as audições ao início da CPI, logo respeita o facto de a COFMA, de facto, estar em atividade.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou não ter qualquer objeção aos requerimentos apresentados, assim como o Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE), que também referiu que, na sua opinião, as audições na COFMA não prejudicam a CPI.

O requerimento do PS foi aprovado com os votos a favor de todos os partidos à exceção do PSD, que votou contra. Os requerimentos do CDS-PP e do PSD foram aprovados por unanimidade.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) solicitou que seja dada prioridade à audição do Governador do Banco de Portugal, para que esta se realize antes das restantes.

A Senhora Vice-Presidente sugeriu que poderia ser convocada uma reunião de mesa e coordenadores para gerir esta situação, entrando também em contacto com a CPI, tendo retorquido o Senhor Deputado João Galamba (PS) que não vê necessidade na mesma, dado que o requerimento do PS é explícito. O Senhor Deputado Miguel Morgado (PSD) recordou o conteúdo do requerimento do PSD, no sentido de condicionar as audições na COFMA ao momento de início dos trabalhos da CPI. O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) recomendou à mesa que se atenha ao conteúdo dos requerimentos e respetiva votações.

- 2. Apreciação da nota de admissibilidade sobre a Petição n.º 121/XIII/1.ª - Solicita alteração ao n.º 11 do artigo 78.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (alterado pelo OE para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016). (Cabe ao PSD).**

O PSD declarou que mais tarde informaria qual o Deputado indicado para relator da petição em causa.

3. Apreciação da nota de admissibilidade sobre a Petição n.º 122/XIII/1.ª - Obrigatoriedade de indicar o contacto de correio eletrónico do técnico encarregado do processo administrativo e criação de uma plataforma digital de acesso a processos administrativos.

(Cabe ao PS).

O PS designou como autor do relatório o Senhor Deputado Ricardo Leão.

4. Apreciação da nota de admissibilidade sobre a Petição n.º 126/XIII/1.ª - Pelo direito a uma Saúde sem IVA.

(Cabe ao PSD).

O PSD designou como autor do relatório o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).

5. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2015.

Este ponto foi adiado, para uma reunião de mesa e coordenadores.

7. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 24/XIII/1.ª (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, que aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

A iniciativa legislativa foi votada na especialidade, tendo sido aprovada por unanimidade, conforme relatório na página da iniciativa.

9. Deliberação sobre as audições a efetuar no âmbito da Proposta de Lei n.º 23/XIII/1.ª (GOV) - Cria um regime de reembolso de impostos sobre combustíveis para as empresas de transportes de mercadorias, alterando o Código dos Impostos

Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho e o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho.

A lista de audições propostas por PSD e PS foram aprovadas sem oposição.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sugeriu uma grelha de tempos simplificada para estas audições, nomeadamente cinco minutos para a primeira ronda, com resposta individual, e três minutos para uma eventual segunda ronda, acrescidos de intervenções avulsas de dois minutos, caso assim o entendam os GP's, com resposta conjunta, proposta que não teve oposição. Solicitou também que fosse remetido, por e-mail, aos membros da Comissão o elenco das audições e a grelha de tempos.

1. Aprovação das atas n.ºs 53.

A ata foi aprovada por unanimidade.

10. Outros assuntos.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Vice-Presidente encerrou a reunião, às 18:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de junho de 2016

A VICE-PRESIDENTE

(Cecília Meireles)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 29 de junho de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Cristóvão Norte
Jorge Paulo Oliveira
Miguel Morgado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Jamila Madeira
Mariana Mortágua
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Hortense Martins